

Os museus e os novos patrimônios

Rosali Henriques e Vera Dodebei*

No presente artigo discutimos a evolução do conceito de patrimônio, a patrimonialização dos objetos através de processos museológicos e a configuração dos novos patrimônios dos museus. Nosso objetivo é traçar um histórico sobre a patrimonialização e a musealização do patrimônio, abordando alguns autores que trabalharam o tema. Em seguida, discutiremos como a evolução da tecnologia trouxe um novo desafio para as instituições museais: a preservação do patrimônio digital. Questões como digitalização e virtualização são abordadas no âmbito da preservação dos bens culturais, com menor ênfase à passagem dos patrimônios para o ambiente virtual e maior preocupação com as questões relativas à seleção no mundo virtual os objetos a serem patrimonializados.

Patrimônio: conceito e evolução da questão

A palavra patrimônio vem da palavra latina *patrimonium* e significava, no interior da sociedade romana, transmitir bens e heranças (Hartog, 1998). Segundo Mário Chagas (1996), o termo patrimônio está vinculado a uma herança paterna, passada de pai para filho no seio da sociedade. O conceito de patrimônio evoluiu muito, pois inicialmente a ideia estava associada à arte e à cultura. Hoje sabemos que o patrimônio de uma comunidade pode ser sua culinária, suas tradições, além do ambiente natural: fauna e flora. Ou seja, o patrimônio engloba também o meio ambiente, o saber e o artefato.

O patrimônio cultural é o resultado da capacidade de criar e refletir, é o processo de criação de cultura e transformação da realidade. É toda produção social das pessoas, inclusive a relação delas com o meio ambiente e envolve diversidade cultural. A definição que usaremos é a de que “(...) *patrimônio é o conjunto dos bens identificados*

* Vera Dodebei, bibliotecária, mestre em Memória Social, doutora em Comunicação e Cultura, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rosali Henriques, historiadora, mestre em Museologia, doutoranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

pelo homem, a partir de suas relações com o meio-ambiente e com outros homens, e a própria interpretação que ele faz dessas relações”(Bruno, 1996, p. 19).

O conceito de patrimônio nacional, concebido como patrimônio público acessível a todo cidadão, surgiu no contexto da Revolução Francesa. Segundo Francisca Hernandez (2002), o conceito de patrimônio nacional, concebido como patrimônio de domínio público, acessível a todo cidadão surgiu após a Revolução Francesa. Após os vandalismos cometidos durante o período revolucionário nasce entre os especialistas a ideia de que o patrimônio deveria ser tutelado pelo Estado para evitar que fosse destruído por problemas políticos ou religiosos.

Segundo Françoise Choay (2000) , foi a partir de medidas tomadas pelos revolucionários para a salvaguarda do patrimônio que a questão patrimonial começou a ser entendida como crucial na Europa. Nesse período, definiu-se que os monumentos (bens móveis nacionalizados) ficariam sob a tutela do Estado, salvaguardando-os da destruição. Choay afirma que a conservação do patrimônio histórico durante a Revolução Francesa não foi “(...) *nem uma ficção, nem uma aparência. Essa experiência durou seis anos e determinou, a longo prazo, a evolução da conservação monumental em França*” (Choay, 2000, p. 100).

O histórico da questão patrimonial pode ser delineado a partir de três encontros promovidos pela nesco. O primeiro deles foi a Convenção de Haia realizada em 1954 pela ONU e UNESCO e que definiu o que é bem cultural. As definições de patrimônio foram: bens móveis ou imóveis que representam grande importância para o patrimônio cultural dos povos; edifícios que guardam os bens culturais, museus, bibliotecas, arquivos etc.; e centros monumentais.

Em 1964, durante o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos promovido pela ONU, em Veneza, produziu-se um novo documento que foi chamado de Carta Internacional para a Conservação e Restauração dos Monumentos, mais conhecida como Carta de Veneza. A Carta de Veneza caracterizou o patrimônio comum como obra dos povos e que deveria, portanto, ser preservado com o acréscimo

do patrimônio paisagístico à questão patrimonial. As principais resoluções do encontro foram: o monumento histórico é portador de testemunho da civilização; a conservação e o restauro contribuem para a salvaguarda, e as obras de arte são testemunhos históricos.

Por fim, em 1972 a Unesco promoveu uma convenção onde definiu em 38 artigos o que é patrimônio. O documento da Convenção para a Proteção de Patrimônio Industrial Mundial Cultural e Natural realizada em Paris é o principal documento da questão patrimonial. Na Convenção foram definidos como patrimônio cultural: monumentos – obras arquitetônicas, de escultura ou pintura monumentais que tenham valor do ponto de vista histórico, artístico ou científico; conjuntos de construção isoladas ou reunidas, valor universal e sítios – obras da natureza, valor histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Para figurar na lista do patrimônio, os sítios devem responder a um ou mais critérios de seleção definidos nas diretrizes operacionais do documento que é uma espécie de anexo técnico da Convenção. Os critérios são regularmente revistos pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em sintonia com os órgãos assessores, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios fundado em Varsóvia em 1965 (conhecido pela sigla em inglês, ICOMOS) – para sítios culturais e históricos –, e a União Mundial pela Natureza (conhecida pela sigla em inglês, IUCN) – para sítios naturais e mistos.

Na Convenção de 1972, ficava estabelecido que os países membros da Unesco deveriam ser responsáveis pela salvaguarda do seu patrimônio cultural, artístico e natural (Audrerie, 1998). Mas, antes desses três eventos é preciso mencionar também a Carta de Atenas, de 1931. Na verdade, esse documento produzido pela Conferência dos Especialistas para a Proteção e Conservação de Monumentos de Arte e História é considerado o primeiro documento internacional a tratar da questão patrimonial (Hernandez, 2002). Os 10 princípios expostos neste documento podem ser resumidos em cinco grandes linhas: a necessidade de cooperação internacional para a proteção do patrimônio; a importância da conservação, manutenção e restauração dos monumentos históricos; proclamação dos princípios e técnicas para restauração; recomendação para o

respeito ao ambiente entorno dos monumentos e a necessidade de criação de sistemas de documentação, difusão e ação educativa.

Em 1956, durante a Conferência Geral da Unesco em Nova Deli, decidiu-se criar um organismo que fosse responsável por promover a preservação do patrimônio móvel e imóvel. Assim, em 1959, foi criado o ICCROM – Centro de Estudos Internacionais para a Conservação e Restauração de Bens Culturais. Com sede em Roma, o ICCROM conta com 129 países membros e trabalha na pesquisa, formação, informação, sensibilização e cooperação sobre restauração de bens patrimoniais.

Vale a pena registrar, a título de indicação da gênese do pensamento patrimonial, que o processo de institucionalização do patrimônio toma contornos mais expansionistas, do ponto de vista conceitual, após a Primeira Guerra Mundial. Com o intuito de estabelecer uma cooperação cultural entre os povos, a Sociedade das Nações (1919) criou em 1922 a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (Bergson, 1922), que se reuniu pela primeira vez em Genebra, sob a presidência de Henri Bergson. Essa comissão de intelectuais formada por 11 membros titulares e seis assistentes, reunia à época nomes de peso entre filósofos e cientistas: Bonnevie (zoóloga), Curie (física), Bannerjea (economista político), Bergson (filósofo), Castro (médico brasileiro), Destrée (literatura), Murray (filólogo), Reynold (literatura), Ruffini (direito), Torres-Quevedo (engenheiro eletro-mecânico) e Einstein (que não compareceu por estar em missão científica no Japão). O objetivo da comissão era o de realizar uma pesquisa sobre as condições do trabalho intelectual em cada um dos países membro da Sociedade das Nações. O interesse da comissão se estendia à organização internacional da documentação científica (bibliografia corrente e retrospectiva), ao avanço da pesquisa científica e à cooperação internacional na educação, com destaque para as ciências humanas, tidas como pouco articuladas no que concerne à transferência da informação. E para que se iniciasse uma cooperação internacional, era necessário conhecer o estado da arte da produção cultural dos países. Iniciava-se a era dos inventários da produção intelectual, da criação dos centros internacionais de documentação, da propriedade intelectual em geral e científica, em particular, da proteção dos bens culturais. Parece Henri Bergson teve grande participação na criação da noção de patrimônio cultural,

quando presidiu entre 1º e 6 de agosto de 1922 a *Commission Internationale de la Coopération Intellectuelle*, instituição precursora da Unesco, criada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial.

Musealização: a patrimonialização dos objetos

Segundo Carlos Lemos (1987), o patrimônio cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado e sofre alterações permanentemente. Para ele, nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos, selecionados sob qualquer ótica que fosse. Portanto, o patrimônio cultural preservado pelos museus pode sofrer mudanças ao longo de sua existência. Mas é importante frisar que uma vez dentro de uma coleção de um museu, o objeto perde seu valor enquanto objeto e passa a ser musealizado, tornando-se um objeto patrimonial. Pois, segundo Peter Van Mensch (1988), o objeto de um museu pode se definir como um objeto dentro de uma coleção de um museu. Ele é um elemento da cultura material da humanidade escolhido por suas qualidades de musealidade.

No entanto, segundo Jean Davallon é preciso distinguir a **musealização**, que é institucionalização do objeto como um objeto de museu, da **patrimonialização**, que é reconhecer naquele objeto seu valor patrimonial, pois:

“Il s’agit dans les deux cas d’un changement de statut social de l’objet, toutefois dans le premier, c’est en tant qu’il devient, en pratique, l’objet d’une institution; alors que dans le second, il est, en droit de représentation, l’objet d’une reconnaissance par accord des membres d’une groupe social” (Davallon, 1995, p. 159).

¹ “Trata-se em ambos os casos numa mudança de status do objeto, mas enquanto na primeira ação o objeto torna-se, na prática, um objeto de uma instituição, na segunda ação, ele é um direito de representação, sem prejuízo para o reconhecimento, por acordo entre os membros de um grupo social” Tradução nossa.

Os museus patrimonializam seus objetos, articulando público e apresentação (divulgação) por meio de um discurso expositivo. Para Davallon (1995), no museu tradicional o que é musealizado é aquilo que é reconhecidamente patrimônio e, ao mesmo tempo o que entra no museu adquire o *status* de patrimônio. Nos ecomuseus, no entanto, a musealização não é transformação de um objeto ou uma paisagem em objeto de museu, mas o reconhecimento dele como patrimônio pela comunidade envolvida. É pela ótica do público que o objeto é musealizado. Os objetos passam, então, a ter para a comunidade um significado além do seu valor utilitário.

“(…) lors que l’on met les objets de musée en perspective à partir du public, comme le fait la nouvelle muséologie, ces objets ne sont seulement des choses du passé conservées en tant qu’héritage, mais précisément des choses qui sont bonnes à garder (dans la pratique) et à utiliser (sur un plan symbolique), ils acquièrent par conséquent une nouvelle signification sociale pour ceux qui les considèrent ainsi.” (Davallon, 1995, p. 164)

A patrimonialização dos objetos tem duas perspectivas. A primeira delas encara o patrimônio como algo herdado e transmitido, imposto pelo passado. Tal perspectiva acaba criando um fosso entre as gerações. A segunda perspectiva funda-se em razões de conveniência, ou seja, cada geração seleciona os objetos que mais se identificam com a sua visão de patrimônio, pois, os objetos têm significados específicos para cada geração. Os objetos transformam-se em patrimônio quando perdem a função utilitária original e ganham uma nova significação: a significação histórica patrimonial. Uma vez selecionado o objeto, retirado do seu contexto, ele deixa de ter sua função utilitária e passa a ter uma função histórica.

Normalmente, o processo de escolha de determinado objeto para sua patrimonialização é feito pelos museus através da mediação do Estado ou organismos do Estado. Essa

² “... quando colocamos os objetos dentro de museu à vista do público, como faz a Nova Museologia, esses objetos não são apenas coisas do passado preservados como um legado, mas coisas que são boas para se manter (na prática) e para se utilizar (num nível simbólico), pois adquirem um novo significado social para aqueles que os veem.” Tradução nossa

intermediação leva em conta os seguintes critérios: a comunicação, ou seja, como o objeto fala à comunidade; a unicidade e o seu valor econômico (potencial de mercado). Segundo Jean Davallon (1992) é a escolha por uma instância pública ou grupo social que faz com que determinado objeto seja considerado objeto de museu, enquanto outros não ganham esse *status*. E essa escolha tem sempre um caráter social.

Nestor Garcia Canclini (1988), ao estudar as realidades museológicas latino-americanas, aponta duas estratégias usadas pelos Estados e por particulares para a patrimonialização: a **espiritualização esteticista** do patrimônio e a **ritualização histórica e antropológica**. Na primeira estratégia, as referências patrimoniais são separadas das relações sociais para as quais foram produzidas, desvinculando-as de suas referências. Elas são desalojadas do seu cotidiano e perdem o sentido. A segunda estratégia utiliza a expografia para criar ambientes com objetos grandiosos, de forma a valorizá-los. Para Garcia Canclini o museu parece um testemunho fiel da realidade, usando para isso a teatralização e ritualização. A patrimonialização de determinada referência patrimonial, acrescenta Garcia Canclini, é sempre uma escolha que reproduz as diferenças entre grupos sociais.

“Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz com que as coisas falem, mas fala delas e sobre elas. O museu e qualquer política patrimonial tratam os objetos, os edifícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los, tornam inteligíveis as relações entre eles, propõem hipóteses sobre o que significam para nós que hoje os vemos ou evocamos.” (Garcia Canclini, 1998, p. 202)

Com o alargamento da noção de patrimônio a partir da década de 1950, o museu deixa de lado o seu papel passivo de mero acumulador de patrimônio e cultura e passa a ser um articulador do processo de mobilização cultural da comunidade. O papel do museu, então, neste processo de patrimonialização da cultura é o de ser o agente impulsionador e gerenciador do processo. É o responsável pela musealização do patrimônio da comunidade envolvida.

Para Jean Davallon (1997), o alargamento da noção de patrimônio foi acompanhado de uma dupla diversificação. Para ele, acaba existindo duas formas de patrimônio: o patrimônio reconhecido como tal pelos poderes constituídos (patrimônio nacional) e o patrimônio comunitário, que demanda um maior envolvimento da comunidade no processo de conservação e valorização do mesmo. Para essa última categoria podemos exemplificar com os esforços das comunidades da cidade do Rio de Janeiro em criar museus e Centros de Memória, a exemplo do Museu da Maré.³

O patrimônio nas ações museológicas

A museologia é um olhar sobre o passado no presente, por isso está intimamente ligada à produção cultural. A ação museológica como produção de conhecimento desenvolve-se nas etapas da pesquisa, preservação e comunicação. A **pesquisa** é uma ação interativa que faz a reflexão, observação e análise da realidade, qualificada como patrimônio cultural. O conhecimento produzido na ação museal e para ação museal na pesquisa museológica objetiva uma nova prática social. A pesquisa visa qualificar a ação cultural, ou seja, dar qualidade de cultura às práticas do cotidiano.

A **preservação**, uma das etapas da ação museológica, pode ser dividida em seleção, conservação e documentação. A seleção é responsável pela recolha das referências patrimoniais para a construção do conhecimento da comunidade. Essas referências, testemunhos do patrimônio de uma comunidade, são eleitas segundo os critérios de cada grupo social ou comunidade e obedecem à lógica do processo museológico⁴. É importante salientar que toda seleção leva em conta fatores políticos e ideológicos e que a seleção museológica também é condicionada por tais fatores. Segundo Waldisa Rússio, quando musealizamos objetos e artefatos estamos passando informações à

³ Museu da Maré www.museudamare.org.br. O Museu da Maré é o primeiro museu do país localizado dentro de uma favela, e foi criado pela própria comunidade, com o apoio do Ministério da Cultura, através do Programa Cultura Viva e inaugurado no dia 8 de maio de 2006. Seu acervo, em construção permanente, é formado por fotografias, documentos, objetos do cotidiano dos moradores da favela e por documentos e objetos históricos sobre a Maré, pesquisados em arquivos públicos da cidade. Sua exposição permanente é dividida em doze “tempos” não-cronológicos, onde os espaços contam a história dos moradores, imigrantes do Nordeste em sua maioria, e episódios da resistência social das comunidades.

⁴ Cristina Bruno dá o nome de patrimônio comunitário a este “(...) conjunto de bens partilhado por um grupo de pessoas em um espaço delimitado e ao longo do tempo, cuja preservação é importante para a identidade cultural do grupo”. In: A Museologia como pedagogia para o patrimônio. s.d. p. 13

comunidade e “(...) *informação pressupõe conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, ideia) e memória (sistematização de idéias e estabelecimento de ligações)*”(1991, p. 8). No entanto, é preciso deixar claro que a preservação não se basta. Segundo Mário Chagas, “*A preservação não justifica a si mesma, ela é um meio e não um fim. É necessário que ao lado da preservação se instaure o processo de comunicação.*” (1996, p. 46)

A **comunicação** alimenta todo o processo museológico e não está restrita à exposição. Ela está presente em todo processo museológico. Entende-se o processo museológico como uma ação interativa, onde pressupõe a produção do conhecimento, a qualificação da cultura social e a musealização do patrimônio de determinada comunidade. Segundo Cristina Bruno (s.d., p. 5) , “*(...) os procedimentos da comunicação explicitam as opções interpretativas no que tange às referências culturais/indicadores da memória/coleções/acervos*”. A ação de comunicação é que dá maior visibilidade ao acervo, e que possibilita uma interação maior entre o museu e o seu público, pois “*(...) o processo de comunicação é base necessária para a produção de conhecimento original a partir do bem cultural preservado*” (Chagas, 1996, p. 46).

Os processos de musealização contribuem para transformar em novos valores e novos significados as referências do patrimônio cultural da comunidade. Segundo Waldisa Rússio, a musealização acarreta uma valorização, uma ênfase em certas referências nos processos museológicos: “*(...) a musealização repousa em pesquisas prévias na seleção dos objetos, na documentação, na direção, na administração, conservação, e eventualmente na restauração*” (Rússio, s.d., p. 4). Podemos dizer que o fato museal é a qualificação da cultura em um processo interativo de ações de pesquisa, preservação e comunicação, objetivando a construção de uma prática social. A dimensão social e educativa da museologia está ligada ao patrimônio cultural, mas também ao processo e à prática social.

Um novo patrimônio: o digital

É no âmbito desse processo de patrimonialização do presente que se estabelece a categoria bem intangível ou imaterial, separada do patrimônio material. Se por um lado,

essa separação demonstra a importância do contexto de criação do patrimônio material ao lhe atribuir sentido cultural, por outro lado, a proteção do fazer cultural deve ser considerada como um ato de preservação dos produtos e do ambiente no qual esse fazer se produz, e não como uma outra categoria de patrimônio. Compreende-se que esta questão surge a partir da preocupação de não apenas salvaguardar os vestígios do passado, como também incluir nesse processo as ações desencadeadas no tempo presente. Os bens de natureza imaterial são classificados na ordem dos saberes, dos fazeres, das comemorações, da tradição oral, quer seja a música, a dança a literatura, a língua. São circunstanciais, vivos e se preservam por tradição. Depreende-se daí que a falta aparente de um corpo material na condição efêmera de produção não exclui a materialidade do imaterial, nem a imaterialidade do material. Preservar uma construção religiosa sem a liturgia, uma língua sem o falante, é observar uma única face ou natureza do objeto. E mesmo com a criação de leis, normas e procedimentos para a proteção dos bens patrimoniais de natureza intangível ou imaterial é necessário compreender o caráter de virtualidade desses bens e a impossibilidade prática de separar o material do imaterial (Dodebei, 2007).

Mario Chagas (2003) fala sobre essa impropriedade de separar os bens tangíveis dos intangíveis. Diz o autor que a preservação dos bens tangíveis busca e assenta a sua justificativa não na materialidade do objeto e sim nos saberes, nas técnicas, nos valores, nas funções e nos significados que representam e ocupam na vida social. O patrimônio cultural é então criado a partir de valores imateriais ou intangíveis, quer estejam representando objetos materiais ou saberes, fazeres e significados presentes na vida social.

Aqui fica a ideia de que é possível preservar significados, independentemente dos objetos materiais que são sua referência. Talvez tenha sido necessário criar o conceito de bem imaterial para que pudéssemos pensar em preservação para além da materialidade. As políticas patrimoniais separam os registros em livros distintos para os bens tangíveis e os intangíveis, mas o processo de representação do bem patrimonial na contemporaneidade é o mesmo, quer dizer, o registro digital transforma o bem, “material ou imaterial”, em informação. A invenção ou a reinvenção do patrimônio

imaterial, a partir da mudança da tecnologia da escrita para a tecnologia da informática mediática, nos aproxima do polo da oralidade mítica; e aproxima também a narrativa da informação (Dodebei & Gouveia, 2007).

Pressupomos que o conceito de patrimônio está ainda em expansão, com a produção de particularidades que significam a criação de espécies conceituais. Mas, em contrapartida, vislumbramos também certa desaceleração deste movimento, ou sua reconfiguração, quando observamos a organização dos bens patrimoniais digitalizados ou criados digitais e que circulam na memória virtual do mundo. Temos aí delineadas algumas complexidades para a construção do sentido e do significado de patrimônio virtual e de patrimônio digital. A primeira delas diz respeito à compreensão de uma extensão conceitual ao que tradicionalmente se nomeia como patrimônio. Os adjetivos virtual e digital, por exemplo, modificam o conceito de patrimônio, especificando-o com propriedades criadas no âmbito da filosofia (Virtual) ou no âmbito da Cibernética (Digital). O conceito de patrimônio sofre também outras transformações produzidas pelas novas dimensões de tempo e de espaço do mundo organizado por redes interligadas de computadores, notadamente em relação aos atributos de acumulação, permanência e integridade (Dodebei, 2008).

Em princípio, poder-se-ia pensar que uma extensão conceitual sempre aumenta a compreensão do objeto analisado e, assim, na cadeia de complexidades crescentes, patrimônio virtual ou o patrimônio digital teriam seu significado compartilhado por um grande número de pessoas, desde que elas compartilhassem os significados de digitalidade e de virtualidade. Na realidade, não há muita clareza na literatura sobre esses conceitos, quer seja o significado isolado de cada um, quer seja uma possível relação de sinonímia existente entre eles. Por outro lado, o conceito “gênero”, ou “pai” – patrimônio – vem sendo construído desde o início da espécie humana até os tempos atuais. Podemos afirmar que a noção de patrimônio é anterior à sua instituição política, mesmo à época da formação dos Estados nacionais no século XIX, com a criação das bibliotecas, arquivos e museus nacionais, e com a proteção de monumentos e edificações que detinham valores de antiguidade, artísticos ou históricos (Riegel, 2006). O rótulo, a etiqueta, ou como se diz em ambiente virtual, os tags, aplicados ao conceito

de patrimônio presente nos discursos proferidos em língua natural, são evidentemente polissêmicos. Temos então que o conceito de patrimônio é adequado às idéias de: herança, tradição, conhecimento, experiência, legado, vivência, entre outras expressões que denotam a ideia de transmissão natural da cultura, de uma geração à outra.

Considerações finais

Quer nos parecer que já existem as condições potenciais para a memória virtual do mundo, com conteúdo digital e aí se inserem os bits patrimoniais, e com interoperabilidade maquínica, mediados por uma linguagem independente das línguas naturais e das ontologias, com operação por sistema aberto de comunicação. A reflexão sobre os conceitos de patrimônio digital e de memória virtual indica que a digitalização pode ser uma garantia para a preservação do patrimônio. Nesse sentido, a formação de coleção, ainda que sem o atributo de acumulação, organiza um domínio do conhecimento, essencial para o desenvolvimento da comunicação no ciberespaço. E os atributos para a formação do conceito de patrimônio digital são ainda escolhas determinadas pelos poderes institucionais. O patrimônio nascido digital, sem rastros analógicos, deve ser escolha das instituições de memória que se responsabilizarão por sua proteção, como pode ser observado por ainda tímidas ações de preservação, como os casos do Internet Archives⁵ em nível genérico (preservação de todos os endereços eletrônicos), e o caso do website Ars Eletrônica⁶ (com relação à Arte Digital) que mantém para consulta o registro de todos os objetos de arte digital desde o ano de 1979.

Se o patrimônio é o conjunto de bens identificados pelo Homem, em suas relações com o meio ambiente e com outros Homens e a própria interpretação que ele faz dessas relações, podemos dizer que tudo ou quase tudo é patrimônio. Então como pode o museu definir o que é patrimônio? É um desafio para os museus, portanto, trabalhar aliados à comunidade para que a seleção dos objetos a serem patrimonializados seja feita de forma mais abrangente possível. A qualificação do patrimônio de uma comunidade por seus próprios membros é uma ideia nova, mas estimulante. Neste caso,

⁵ <http://www.archive.org/>

⁶ http://www.aec.at/index_en.php

os desafios que se colocam neste processo são de ordem organizacionais e estruturais. No entanto, talvez seja a melhor forma do museu ser uma instituição realmente voltada para o desenvolvimento social.

Referências

- AUDRERIE, Dominique et alii. **Le patrimoine mondial**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. (Que sais-je?)
- BERGSON, Henri. **Écrits et paroles**. Paris: Presses Universitaires de France. Tome troisième, Textes 129, 130, 131 - Commission Internationale de la Coopération Intellectuelle(1922)
- BRUNO, Cristina. *Museologia e Comunicação*. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 09, Lisboa: ULHT- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996.
- BRUNO, Cristina. **A museologia como uma pedagogia para o patrimônio**. São Paulo, s.d.. (texto policopiado)
- CHAGAS, Mário. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área de documentação. In: **Museália**. Rio de Janeiro : JC. Editora, 1996. p. 37-52.
- CHAGAS, Mario. *O pai de macunaíma e o patrimônio espiritual*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.9 5-110
- CHOAY, Françoise - **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000. p. 245.
- DAVALLON, Jean. *Le musée est-il vraiment un media?* In: **Publics & Musées**. Lyon, nº 2, Presses Universitaires de Lyon, 1992. p. 99-117.
- DAVALLON, Jean. *Nouvelle Muséologie vs Muséologie?*, palestra proferida durante o XVII Conferência do ICOM. Stavanger, Noruega, Julho de 1995.
- DAVALLON, Jean. *L'évolution du role des musées*. In: **Revue du Groupe de Recherche pour l'Éducation et la Prospective**. nº 153 (Nouveaux musées, nouvelles muséologies) Paris: L'Harmattan, 1997, p. 39-47.
- DODEBEI, Vera. *Museu e memória virtual*. In: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah F. **Museus, Ciência e Tecnologia:**

livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007.

DODEBEI, Vera, GOUVEIA, Inês. *Organisation et preservation de l'information: questions posées à l'expérience de virtualisation des musées brésiliens* In: ORGANISATION DES CONNAISSANCES ET SOCIÉTÉ DES SAVOIRS: CONCEPTS, USAGES, ACTEURS. **Actes du 6ème Colloque International du Chapitre Français de L'ISKO**, 7-8 juin, 2007. Toulouse: Université Paul Sabatier, 2007. p. 293-307. (Sous la direction de Gerard Regimbeau et Viviane Couzinet).

DODEBEI, Vera. *Digital virtual: o patrimônio no século XXI*. In: DODEBEI, Vera & ABREU, Regina (orgs). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

GARCIA CANCLINI, Nestor - **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 385. (Ensaio Latino-americanos, 1)

HARTOG, François. *Patrimoine et histoire: les temps du patrimoine*. In : ANDRIEUX, Jean-Yves (org). **Patrimoine et Société**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1998. p. 3-17

HERNANDEZ HERNANDEZ, Francisca. **El patrimonio cultural: la memoria recuperada**. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

LEMOES, Carlos. **O que é patrimônio cultural**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Primeiros Passos, 51)

MAYRAND, Pierre. **L'ecomusée à la défense des patrimoines vivants**. Texto inédito, 1991 (policopiado).

MENSCH, Peter Von. *Museologie et musées*. In: **Nouvelles de l'ICOM**. Vol. 41, nº 3, 1988.

RIEGEL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

RUSSIO, Waldisa. **O conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação**. Comunicação apresentada no Seminário CONDEPHAAT, São Paulo, 1991.

RUSSIO, Waldisa. **A interdisciplinariedade em Museologia**. São Paulo, s.d. (texto policopiado)